TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº CP 027.2025-SEFIN

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NA APURAÇÃO DOS ÍNDICES PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL APLICADOS NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE ICMS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAENTO MENSAL DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NA APURAÇÃO DOS ÍNDICES PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL APLICADOS NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE ICMS	12.0	Mês	28.000,00	336.000,00
ERVIÇOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAENTO MENSAL DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NA APURAÇÃO DOS ÍNDICES ERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL APLICADOS NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE ICMS, PARA ATENDER AS EMANDAS DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE.					

2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos art. 106, § e art. 107 da Lei 14.133/2021.
3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que seu rnecimento pela Administração é permanente, sendo a vigência plurianual mais ntajosa.
4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em lação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se rmenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice este Termo de Referência.
2. Justifica-se a instauração de processo licitatório diante da necessidade da ntratação tendo em vista a necessidade de otimizar os recursos financeiros unicipais, por meio da maximização da arrecadação oriunda do ICMS, assegurando ue todas as informações relevantes ao cálculo do índice de participação do unicípio estejam corretas, completas e tempestivamente informadas, bem como rrigidas em caso de inconsistências ou omissões. Além disso, a empresa ntratada prestará suporte técnico à Administração Municipal na formulação de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 1 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.6

recursos e esclarecimentos junto aos órgãos estaduais quando necessário. Justifica-se plenamente a contratação dos serviços especializados, diante da complexidade técnica do tema e da importância estratégica que o acompanhamento dos índices de ICMS representa para as finanças públicas municipais. Isto posto, e por não contar com técnicos especializados para realização deste trabalho, faz-se necessário a contratação do mesmo, visando garantir uma distribuição correta de ICMS para São Gonçalo do Amarante.
2.3Registra-se, que a necessidade foi identificada para dar agilidade e rapidez nos desenvolvimentos das atividades da Secretaria Municipal de Finanças do Município de São Gonçalo do Amarante/CE se justificam em razão dos motivos supracitados.

2.4. A contratação ocorrerá na modalidade de Concorrência Eletrônica, fundamentada na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

ubcontratação

1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

arantia da contratação

2. Não haverá exigência da garantia da contratação.

arantia dos serviços

3. O prazo de garantia dos serviços é aquela prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código e Defesa do Consumidor).

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

ondições de execução

1. Acompanhar junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, o cálculo do dice do valor adicionado rf fiscal, acompanhando e analisando a entrega mensal as informações econômicas-fiscais, solicitando informações, dados e outros ocumentos que sejam necessários ou computados no cálculo do índice, auxiliando, uando necessário, a administração municipal na elaboração e acompanhamento, de cursos administrativos, visando impugnar dados incorretos objetivando sanar egularidades encontradas no cálculo dos índices, elaborando relatórios analíticos ensais e relatórios consolidados por exercício com recomendações e medidas a erem adotadas pelo Município.
1.2. Acompanhar junto ao Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Estado o Ceará o cálculo dos Índices de Qualidade da Educação, de Qualidade da Saúde e e Qualidade do Meio Ambiente, objetivando sanar irregularidades encontradas no lculo dos índices.
1.3. Realizar coleta de Dados, Análise Técnica, Cruzamento e Validação de formações, identificando erros, omissões ou inconsistências que possam omprometer o cálculo do índice de participação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 2 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.6

5.1.4. Os serviços deverão ser executados conforme designados na ORDEM DE SERVIÇO /AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO emitida pelo órgão demandante.
5.1.5. A forma de execução dos serviços licitados acontecerá mensalmente, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de ORDENS DE SERVIÇO/ AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO / NOTA DE EMPENHO, pelo órgão demandante.
5.1.6. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviço;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no local determinado pelo órgão competente.
5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07:30 às 11:30 / 13:00 às 17:00 horas.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990(Código de Defesa do Consumidor).

Procedimento de transição e finalização do contrato.

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as áusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá elas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o onograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo rrespondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser alizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de ensagem eletrônica para esse fim.
4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção e providências que devam ser cumpridas de imediato.
5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou ntidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião icial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca as obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para xecução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando ouver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre utros.

scalização

6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) o contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, aput).
7A fiscalização será exercida por auditor fiscal, concursado, formalmente esignado por ato da administração, bem como para atestar o recebimento rovisório e definitivo;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 3 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.6

6.8. Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:
6.8.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
6.8.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;
6.8.3. Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.
6.9. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal Contratante, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;
6.10. Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;
6.11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;
12. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da contratante e não exclui em reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;
13. A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento rídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e ubsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

DO PAGAMENTO
o recebimento
1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos scais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o umprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da ei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de obrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que referem a parcela a ser paga.
3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do ontrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de aráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto o contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências e caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório ob o ponto de vista técnico e administrativo.
6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de turamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da xecução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da estação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 4 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 5 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará obrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei 14.133/2021;
7.15. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
7.16. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 6 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

7.20. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos fornecimentos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;
7.21. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;
7.22. A contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;
7.23. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
7.24. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Forma de pagamento

25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em anco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a dem bancária para pagamento.
27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na gislação aplicável.
27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, uando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os ercentuais estabelecidos na legislação vigente.
28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei omplementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos mpostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento erá condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, e que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei omplementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE ORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

2. O regime de execução do contrato será: Empreitada por Preço Global.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 7 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas rídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus dministradores;

4.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do o constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, spectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de mpresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da sembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no egistro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

4.7. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da ondição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará ndicionada à verificação da autenticidade no sítio ww.portaldoempreendedor.gov.br;

4.8. Documento de Identificação com foto do(s) administrador(es);

4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as terações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro e Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante presentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita ederal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ferente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por as administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da ortaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita ederal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 8 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

8.5.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.5.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
8.5.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
8.5.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8.5.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

6. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
6.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais emonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e presentados na forma da Lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços ovisórios podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais e 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente registrado no gão competente e assinado por profissional contábil, registrado no Conselho egional de Conselho de Contabilidade detentor de Certidão de Regularidade ofissional, comprovando;
6.1.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral G) superiores a 1 (um), sendo representados através das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante +Passivo ão Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 69, da Lei nº 14.133/21 e foram stabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira os licitantes, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de rma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a valiação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o aráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos eitáveis.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 9 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

a.1) O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.
a.2) O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.
a.3) O índice de Solvência Geral demonstra a capacidade de uma empresa de quitar suas obrigações financeiras. Portanto, o cálculo do índice de solvência, objetiva verificar se a empresa terá condições de adimplir todos os seus compromissos financeiros sem comprometer a boa qualidade da execução contratual.
8.6.1.2. Comprovação de capital social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
8.6.1.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
6.1.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso e a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
6.1.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite efinido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil gital - ECD ao Sped.
6.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a das as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis elo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
6.3. Por Balanço Patrimonial apresentado na forma da Lei, considere-se o seguinte:
No caso das sociedades por ações, deverá ainda, ser apresentado o balanço atrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei ederal nº 6.404/76;
Caso a empresa licitante utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), everá trazer o balanço patrimonial autenticado também pela Junta Comercial, nforme entendimento constante no Parecer nº 13/2017 de 22 de agosto de 2017, a lavra do Procurador Autárquico da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC.

Qualificação Técnica

7. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, sendo, Conselho de Ordem dos Advogados Brasil – OAB ou Conselho Regional de ontabilidade - CRC ou Conselho Regional de Administração – CRA, em plena alidade;
7.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da presentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro erante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 10 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533

8.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
8.9. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
8.10. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
8.11. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
8.12. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
8.13. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

14. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto, acompanhado do comprovante de registro no Conselho de Classe respectivo:
No mínimo 01 Advogado, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, com experiência compatível com o objeto licitado; e/ou
No mínimo 01 Administrador, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, com experiência compatível com o objeto licitado; e/ou
No mínimo 01 Contador, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, com experiência compatível com o objeto licitado.
14.1. O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnico-profissional deverá ser comprovado(a) através de Certidão de Acervo Técnico com atestado, anotada pelo Conselho de Classe respectivo, quando for o caso;
15. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma licitante para o mesmo item;
16. Deverá a licitante comprovar que possui vínculo empregatício, societário, prestação de serviços ou declaração de disponibilidade de profissional pela licitante, acompanhada de anuência dos profissionais indicados, a fim de comprovar a capacidade Técnico-Profissional supramencionada, conforme a seguir:
No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro e a qualificação civil) e contrato de trabalho;
No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão competente, do domicílio ou sede do licitante;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 11 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533.

c) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço, ou Certidão de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho de Classe Respectivo, constando o profissional indicado como responsável técnico da empresa, quando for o caso;
d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
8.17. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)
8.18. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
8.19. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor**.**

9.1. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.
9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 336.000,00 (TREZENTOS E RINTA E SEIS MIL REAIS)** conforme custos unitários apostos neste Termo de eferência.

). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
).1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos pecíficos consignados no Orçamento Municipal.
).2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária: 04 123 0006 019 Manutenção e Funcionamento da Secretária de Finanças; Elemento de espesas: 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. Pessoa jurídica, subelemento: 3.90.39.05 Serviços técnicos profissionais; Fonte de Recursos: 1500000000 ecursos não vinculados de impostos.
).3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após provação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, ediante apostilamento.

1. DAS PENALIDADES
1.1 O descumprimento do Contrato ensejará aplicação de penalidades, conforme as frações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à dministração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
1.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
1.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
1.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente evidamente justificado;
1.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a ntratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 12 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533

11.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
11.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
11.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
11.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
11.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
11.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações
dministrativas previstas no item 11.1 deste Termo de Referência, no percentual de
é 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos
ens 11.1.1 a 11.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas
os itens 11.1.8 a 11.1.12;
1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades
efinidas nos itens “c” e “d” abaixo:
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e
direta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03
rês) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Termo de Referência,
uando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável
licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos
entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis)
nos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.12 deste Termo de Referência;
.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme
ormas e orientações dos órgãos de controle.
.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de
agamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da
erda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada
dicialmente;
.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo
dministrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 13 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533

fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE/(CE), 25 de setembro de 2025

assinado eletronicamente
Mardem Jose Matos Herculano
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CAMARA PARA O QRCODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 259-359-3490
PÁGINA: 14 DE 14 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CNPJ: 07.533